

Queijo do Serro foi o primeiro bem imaterial registrado pelo IEPHA

_____ página 03



Acervo IEPHA/MG

O registro do modo de fazer do tradicional queijo mineiro está inscrito no Livro dos Saberes, desde 2002



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: Affonso Ávila fala da criação do IEPHA,
que ajudou a fundar, e do barroco

_____ páginas 06 e 07



Vista da fachada frontal da sede da fazenda

Técnicos avaliam possibilidade de tombamento da
Fazenda Santa Clara, em Santa Rita de Jacutinga

_____ página 04

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

O Bem Informado apresenta neste número diversos artigos que nos prendem a atenção, portanto esperamos que as matérias sejam prazerosas para os leitores. Ressaltamos a entrevista com o poeta, historiador e mestre Affonso Ávila, gratificante para todos que atuam na área cultural.

Outubro é o período em que a Diretoria de Promoção do IEPHA/MG encaminha aos municípios mineiros a pontuação preliminar do ICMS Cultural. Essa pontuação é obtida após meses de análises de milhares de documentos enviados ao Instituto. Este ano, 621 municípios encaminharam relatórios.

O ICMS Cultural incentiva uma política singular no Estado, ao incentivar a sociedade local, por meio de seus Conselhos de Patrimônio, a atuar na identificação, preservação e promoção de seu patrimônio cultural.

Trata-se de política pública única no Brasil, que se caracteriza, também, pela descentralização das decisões de preservação da memória e identidade mineira. A co-responsabilidade, como nos conta Affonso Ávila, iniciou-se em Minas no ano de 1971, momento em que o Estado criou o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, que completa 37 anos de eficaz atuação, complementando no âmbito estadual as ações desenvolvidas desde 1937 pelo Governo Federal.

Uma nova descentralização vem ocorrendo, e foi possível, principalmente, a partir da promulgação das Constituições Federal e Estadual, de 1988 e 1989, respectivamente, e com a aprovação da Lei Robin Hood em 1995. Coube ao órgão estadual de patrimônio – IEPHA/MG –, estabelecer diretrizes, aprovadas por conselho específico, contendo as normas para a redistribuição de 1% do ICMS. Para atender aos critérios propostos, os municípios mineiros criaram leis, conselhos e unidades específicas para atuarem em defesa da preservação de sua memória e identidade.

Novos desafios ainda se fazem necessários para o aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas de patrimônio cultural. Neste sentido, a co-responsabilidade e participação do setor privado na preservação de bens culturais vem se consolidando através de ações específicas.

É fundamental aperfeiçoar mecanismos que garantam recursos orçamentários aos projetos de preservação, conservação e promoção do patrimônio cultural mineiro. Assim, a justa opção de compartilhar a responsabilidade entre sociedade e as diversas instâncias públicas torna-se uma das principais metas a serem atingidas pelos atores envolvidos na defesa do patrimônio.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

NOSSA MISSÃO É GARANTIR À SOCIEDADE A ACESSIBILIDADE E A FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR MEIO DA PRESERVAÇÃO, VALORIZANDO E RESPEITANDO A DIVERSIDADE CULTURAL DE MINAS GERAIS.

Proteção e Memória tem nova diretora

A historiadora Vera Chacham ocupa a Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA, em substituição a Maria Marta Martins de Araújo, que assumiu a vice-presidência do Instituto. Formada pela UFMG, com mestrado em Sociologia e doutorado em Estudos Literários, Vera foi professora substituta no Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Ufop, entre 2004 e 2006; deu aulas de Imagens do Oriente e da América em narrativas de viagem, na Faculdade de Letras da UFMG em 2006, e de



Historiografia Contemporânea, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, entre 2007 e 2008. Recebeu Menção Honrosa no Prêmio Diogo de Vasconcelos de ensaios sobre História e Cultura Mineira (Prêmio Minas de Cultura) de 1994 pela dissertação "A memória dos lugares em um tempo de demolições: A Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte das décadas de 30 e 40".

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária Adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-Presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Marcelo Mendes Barbosa

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro

Araújo (MG 4577)/ Revisão: Pedro Souza Pinto

Diagramação: Daniella Melo Jardim/ Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Bem cultural imaterial: o que é?

Criado em 1937, o tombamento é um meio de preservar prédios e monumentos históricos. Desde 2000, no entanto, existe também o chamado registro, aplicado ao patrimônio imaterial, que pode ser compreendido como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”, conforme determina a Unesco. Embora equivalente ao tombamento, seu objetivo é preservar e valorizar o conhecimento e as ações do homem e, assim, também valorizar as pessoas que os praticam.

A idéia de proteção do patrimônio imaterial surgiu ainda na década de 30. Em 1936, o anteprojeto de Mário de Andrade, que propunha a criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), já ressaltava a importância das expressões da cultura popular na formação da identidade cultural brasileira.

Mas é a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, que incorpora a importância da preservação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. E, por causa disso, em agosto de 2000 cria-se, através do Decreto 3.551, o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

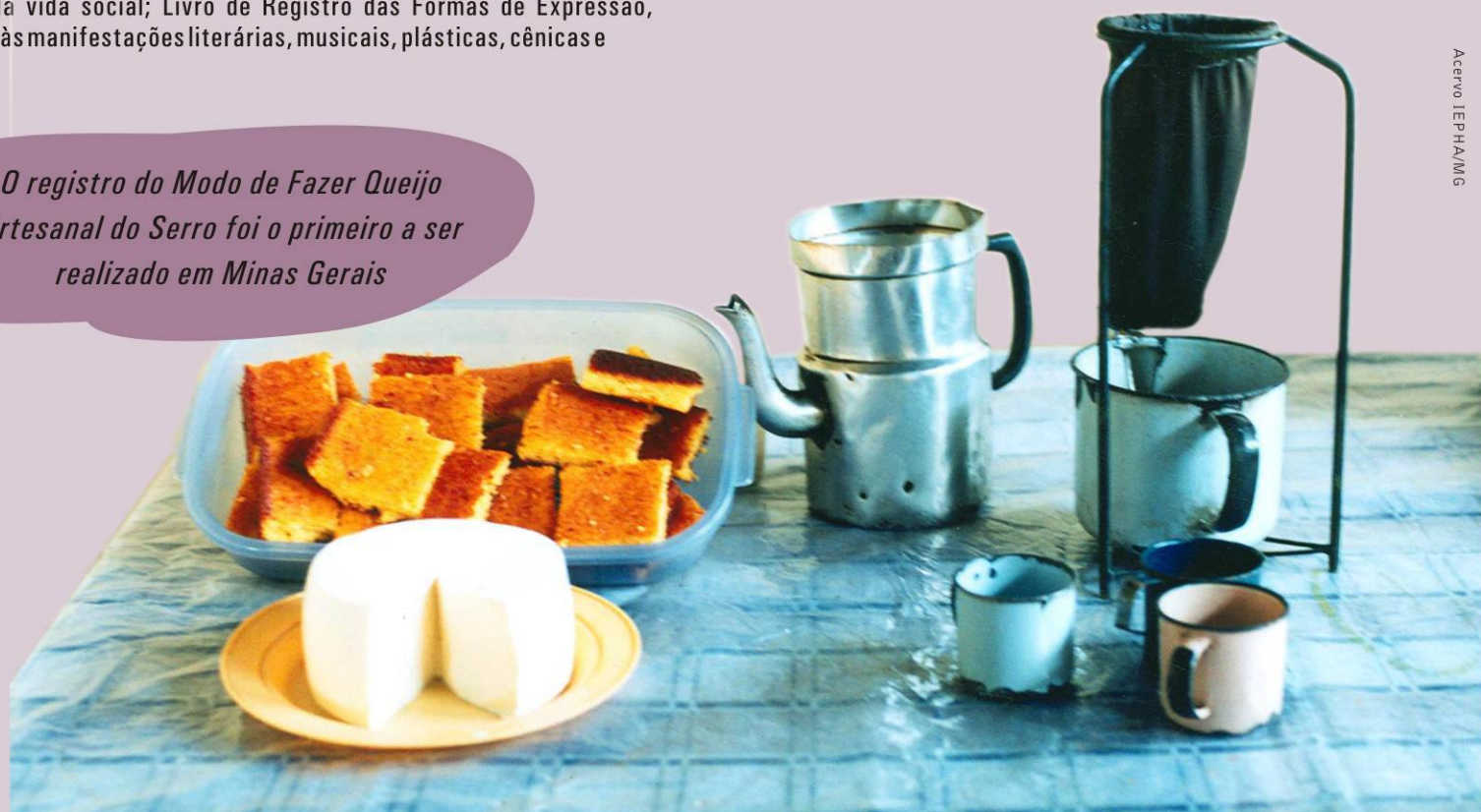
Em abril de 2002, o Decreto nº 42.505, do governo estadual, instituiu as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível e criou quatro livros diferenciados para o registro. São eles: Livro de Registro dos Saberes, onde são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, reservado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e

lúdicas; e Livro de Registro dos Lugares, tais como mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

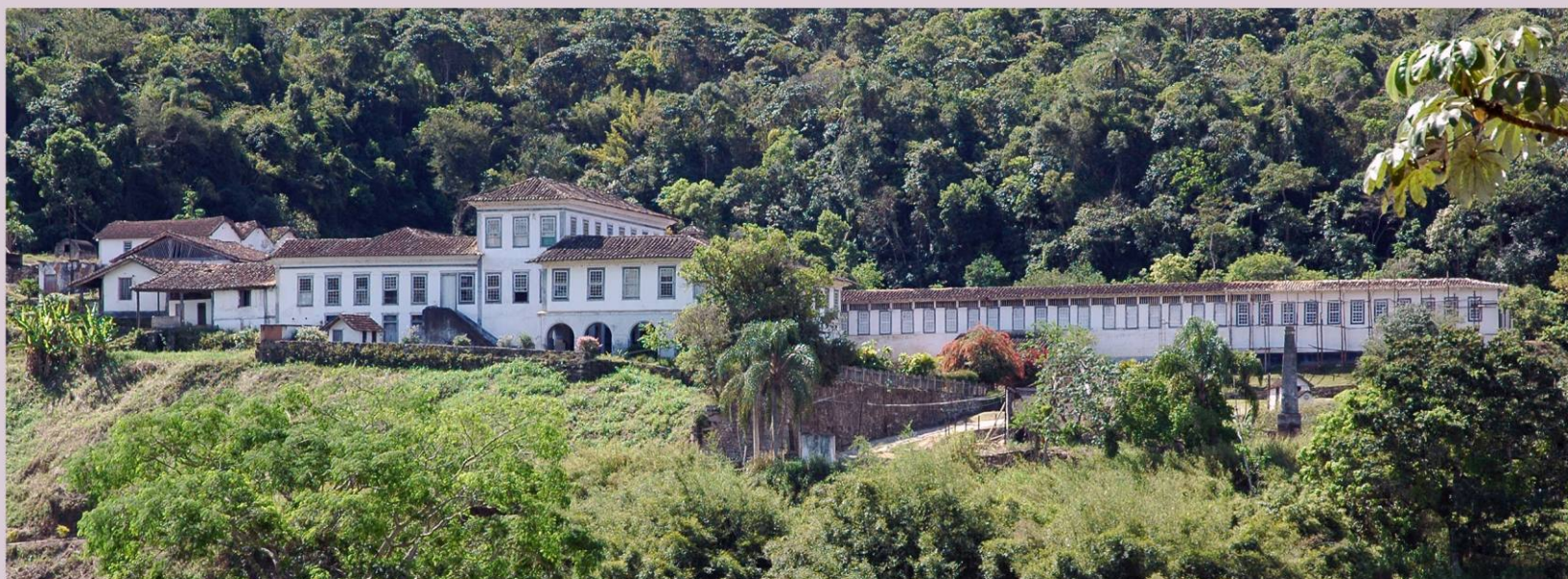
Para Evelyn Meniconi, gerente de Patrimônio Imaterial, da Diretoria de Proteção e Memória, o reconhecimento do patrimônio imaterial representa a valorização da diversidade cultural e do cotidiano das pessoas. E, justamente por causa dessas características, torna-se mais difícil preservá-lo sem que haja interesse por parte de quem o pratica. Os bens culturais imateriais são permanentemente recriados, conseqüentemente o reconhecimento das artes, ofícios, tradições, festas populares, artesanatos regionais, manifestações artísticas e formas de expressão como patrimônio deve fazer sentido e ter significado, antes de tudo, para aqueles que são os responsáveis por sua existência e continuidade. E por isso, diferentemente do tombamento de um patrimônio material – que pode ser requerido por qualquer pessoa –, o registro de um patrimônio imaterial deve ser solicitado, preferencialmente, por grupos ou instituições da sociedade.

Este é o caso do Queijo do Serro – registrado pelo IEPHA, em 7 de agosto de 2002, no Livro dos Saberes – que foi solicitado pela Associação de Produtores Artesanais do Queijo do Serro (Apaqs). Na justificativa apresentada, a Apaqs expôs a origem da receita do Queijo do Serro, que teria sido trazida para o Brasil no século XVIII, por portugueses que vieram da região da Serra da Estrela, em Portugal. Aqui, a técnica foi se aperfeiçoando, através das gerações. É preparado com leite cru – diferentemente do método industrial, que utiliza processos mecanizados de produção, além de pasteurizar o leite. Seu formato cilíndrico, com cerca de 15 cm de diâmetro e 5 cm de altura, apresenta uma crosta fina e amarelada após curada por alguns dias, enquanto a massa interna é esbranquiçada, consistente e de sabor levemente ácido.

O registro do Modo de Fazer Queijo Artesanal do Serro foi o primeiro a ser realizado em Minas Gerais



IEPHA pode tombar fazenda de novela



A Fazenda Santa Clara é referência para a população local

Um novo processo de tombamento estadual provisório pode ser encaminhado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) – órgão do Sistema Estadual de Cultura – ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep) nos próximos meses. Uma equipe de técnicos do Instituto esteve na secular Fazenda Santa Clara, em Santa Rita de Jacutinga (Zona da Mata), na última semana, realizando coleta de dados e registro fotográfico do bem. O próximo passo será a elaboração de um diagnóstico preliminar, atestando a viabilidade de se levar adiante o processo de tombamento. A fazenda, famosa na região, pôde ser conhecida por todo o país em mais de uma oportunidade, servindo de cenário para grandes produções épicas da televisão brasileira.

Construído entre 1760 e 1780 pela família Forte Bustamante, o imponente solar rural tem claro valor arquitetônico, tanto pela magnitude da edificação quanto pelas técnicas utilizadas, além de forte apelo histórico, memória dos tempos da colonização brasileira. Localizada na divisa de Minas e Rio de Janeiro, às margens da Estrada Real, a fazenda cafeeira era também voltada à reprodução e venda de escravos, chegando a ter mais de mil deles.

O pedido de tombamento partiu de um dos proprietários da fazenda. Em junho de 2007, José Mendes Honório Júnior encaminhou a solicitação ao IEPHA. Na justificativa da documentação, ele explica que o objetivo da iniciativa é “viabilizar o reconhecimento da fazenda como bem cultural de interesse de preservação e permitir assim a criação de centro de estudo e referência histórica e econômica”. O carinho da família Honório, que integra o grupo de herdeiros proprietários, pela fazenda resultou em sua manutenção constante, nos mais diversos detalhes. Segundo os técnicos do IEPHA, uma análise ainda preliminar permite crer que, de forma geral, embora muito grande e sem contar com ajuda financeira, a propriedade se encontra em bom estado de conservação, mantendo inclusive valioso mobiliário de época.

A partir da análise das informações e registros fotográficos coletados na visita, o IEPHA deve desenvolver um plano de ação para aprofundar o estudo sobre o bem. O trabalho pode incluir novas vistorias de profissionais especialistas das áreas de Arquitetura, História e Restauração. Concluído o levantamento, o pedido de tombamento provisório será encaminhado ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep).

Destaques

Entre os destaques da fazenda estão a Capela de Santa Clara e suas imagens, os terreiros de café e a senzala com suas falsas janelas, pintadas na fachada de forma a impedir a fuga dos escravos e, ainda assim, manter a estética da edificação. Abaixo da casa senhorial, uma prisão destinada aos castigos dos escravos conserva ainda hoje instrumentos de torturas e marcas de unhas nas paredes, testemunho do sofrimento dos escravos.

A Fazenda Santa Clara é referência para a população local que, ao longo das décadas, repete e modifica várias histórias ligadas à propriedade. Exemplo é a famosa escada do “Pai Nosso”, pela qual o fiel deveria passar rezando uma frase para cada degrau e, caso terminasse a oração justamente ao chegar no topo, teria um pedido a Santa Clara atendido. Outra curiosidade seria a presença de um total de 365 janelas no solar, construídas uma para cada dia do ano.

Cenário de produções épicas, uma das mais famosas aparições da fazenda na TV foi em “Terra Nostra”. Na novela global de 1999, ela foi cenário para a propriedade do barão do café Gumercindo (Antônio Fagundes), onde trabalhava o imigrante italiano Matteo (Thiago Lacerda).



Janela falsa impedia fuga de escravos e mantinha harmonia estética

Graduação garante diretrizes mais adequadas para bens tombados em núcleos



Divulgação

<< Vista do Centro Histórico de Santa Luzia - Capela Nosso Senhor do Bonfim e Rua Direita

Caracterizados por reunir diversas edificações – testemunhas de diferentes épocas e estilos da história da formação de um núcleo urbano – os processos de tombamento de centros históricos devem levar em conta as especificidades e diferentes realidades dos bens que os compõem. Nos mais recentes processos de tombamento deste tipo realizados pelo IEPHA – como nos núcleos de Santa Luzia, Córregos e Pitangui – foi adotada uma metodologia de definição das diretrizes que orientarão futuras intervenções de acordo com uma graduação dos bens ali compreendidos em diferentes níveis de interesse de preservação.

Ao conduzir o processo de tombamento de um núcleo histórico, os profissionais do IEPHA delimitam a área a ser tombada e identificam os espaços e edificações ali inseridos. A partir desse estudo, são apontadas as graduações e respectivas diretrizes de intervenção para cada nível de interesse de preservação. Essas classificações, no entanto, não são rígidas e acabam por seguir parâmetros diferenciados em cada processo.

De acordo com especificidades e a realidade do próprio conjunto estudado, pode chegar a haver até três ou quatro diferentes níveis de interesse de preservação, com parâmetros e diretrizes diferenciados em cada caso. Variando a cada tombamento, a graduação que orientará as diretrizes em geral se divide em preservação rigorosa, moderada ou leve.

Os bens de interesse de preservação rigorosa são aqueles considerados referenciais dentre as edificações do conjunto ou que guardam características históricas e arquitetônicas marcantes para a cidade.

Esses imóveis são amparados por medidas mais restritivas de intervenção sem, contudo, impossibilitar sua utilização para a época atual. Várias modificações também são permitidas, desde que sejam respeitadas características essenciais do bem cultural.

Interesse de preservação moderada agrupa bens que não são os

principais referenciais, mas possuem valor arquitetônico e harmonia com o conjunto. As diretrizes aí são mais flexíveis, mas há extremo cuidado para que modificações não causem descaracterização do centro tombado.

Lotes vagos, edificações que não possuem valor arquitetônico isoladamente e, ainda, aqueles imóveis considerados descaracterizantes dentro do conjunto são classificados como **bens de interesse de preservação leve**. Mais flexíveis, as diretrizes em alguns dos casos podem até chegar a permitir a demolição do imóvel, desde que sejam respeitadas as características arquitetônicas das edificações tombadas e a harmonia do conjunto, especialmente no que se refere ao volume, altura ou à taxa de ocupação máxima, por exemplo.

| Dinamismo e preservação

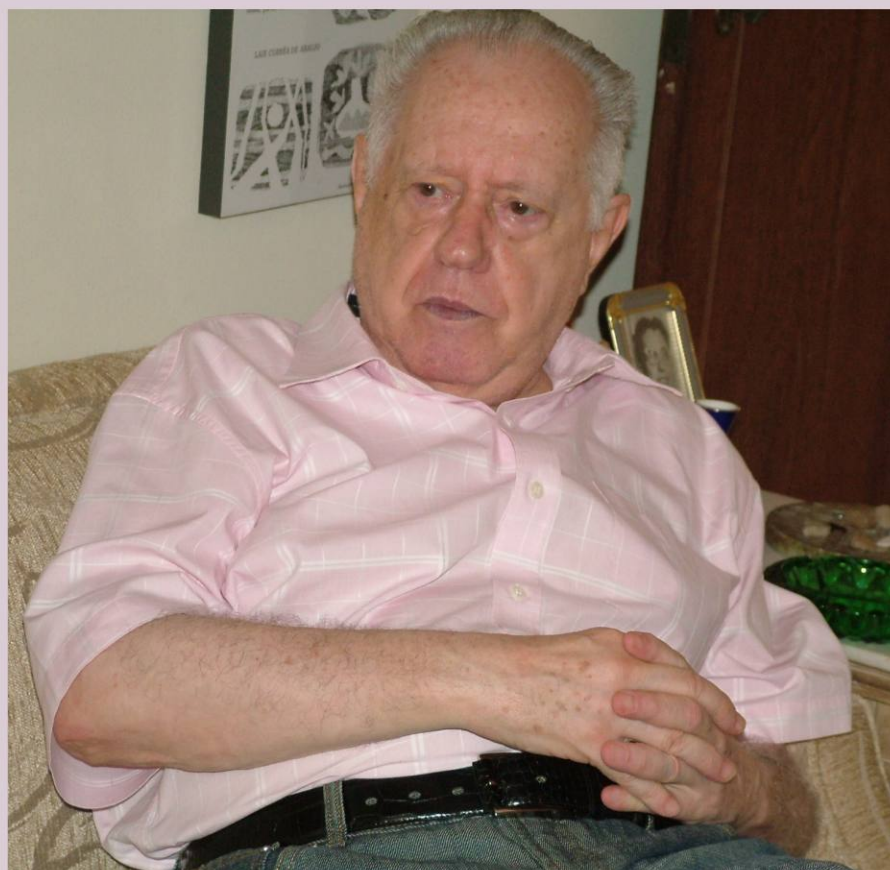
De acordo com a gerente de Patrimônio Material do IEPHA, Rosana Marques, essa diferenciação é importante porque leva em conta as características dos espaços e edificações, sua relevância, harmonia e potencial de interferência no conjunto para, a partir deste entendimento, definir as orientações que devem ser respeitadas na elaboração de projetos a cada um dos bens. “Núcleos históricos são dinâmicos e estão em constante desenvolvimento; não podem ser simplesmente engessados”, explica. Ela destaca, no entanto, que é de igual importância cuidar da preservação de elementos constitutivos considerados importantes, para que eles não corram risco de ser descaracterizados. “É pelo cuidado com um desenvolvimento consciente que precisamos entender quais tipos de intervenções podem ser aceitas para cada elemento compreendido na área. Até porque o tombamento não diz respeito a este ou aquele imóvel, mas ao conjunto e o que é significativo em seu contexto”.

Independentemente de nível, qualquer bem que se localize em área tombada só pode passar por qualquer tipo de intervenção mediante aprovação do projeto pelo IEPHA, de forma a averiguar que as propostas estejam de acordo com as diretrizes recomendadas no dossiê de tombamento.



Minas sob a ótica do barroco

Ao longo de seus bem vividos 80 anos, Affonso Ávila tem sido de tudo um pouco, e quase tudo ao mesmo tempo. Um dos mais importantes poetas contemporâneos brasileiros, pesquisador e ensaísta especialista em barroco, ele foi responsável pela lei que criou o IEPHA/MG e pela estruturação de vários departamentos dentro do órgão. Hoje dedicado quase que totalmente à poesia e a seus estudos, Ávila relembra momentos de sua trajetória na proteção do patrimônio e fala sobre a importância do imaterial para a preservação da memória.



De onde veio o impulso para a criação do IEPHA?

A criação de um instituto que cuidasse do nosso patrimônio era uma demanda cultural de Minas naquela época, assim como em outros estados. Era necessário desafogar o órgão federal, o IPHAN, e passar à esfera estadual aqueles monumentos que não eram considerados significativos para o patrimônio nacional, mas que contavam parte da história de Minas e que precisavam também de preservação.

E como o senhor entrou nessa história?

Eu era consultor técnico do Estado e fui designado pelo governador para redigir a lei de criação do Instituto. Acredito que me escolheram porque as pessoas já conheciam meus trabalhos com o barroco e sabiam que eu tinha um forte envolvimento com o "IEPHA" do Rio de Janeiro. Fizemos o anteprojeto de criação do IEPHA que foi aprovado pela Assembleia Legislativa, e assim começou a organização do órgão, tendo como primeiro presidente o Abílio Machado Filho e como diretor técnico o Luciano Amédée Péret.

Alguns anos após redigir a lei que criou o IEPHA o senhor voltou a atuar junto ao Instituto em outro momento histórico. Como foi isso?

Naquela ocasião, o IEPHA dava ainda os primeiros passos. Houve o convite a uma comissão da Fundação João Pinheiro, da qual eu fazia parte, para trazer um pouco de sua experiência, dar uma consultoria ao órgão e ajudar na sua estruturação e consolidação. Foi um período muito intenso,

de construção e de formatação. Naquele momento foram criados e dinamizados dentro do IEPHA setores vitais, como a Superintendência de Tombamentos e Pesquisa, da qual eu assumi a direção, além da Superintendência de Obras, o Ateliê de Restauração, a Biblioteca e um departamento que depois se desvinculou e hoje é a Superintendência de Museus do Estado.

É desta época também o setor de comunicação social e o primeiro veículo de comunicação do IEPHA, um boletim mensal chamado "Acervo", criado por nós na Superintendência de Tombamentos e Pesquisa. Foi um período muito ativo e que propiciou um salto importante ao Instituto. Depois eu voltei à fundação, encarregado de um levantamento de cidades históricas mineiras, mas por todos esses anos acompanhei o trabalho do IEPHA; todas as lutas e todas as vitórias.

Além das realizações citadas anteriormente, quais outras ações o senhor destacaria?

Além de um levantamento constante de vários pequenos monumentos e obras artísticas de expressão estadual, foi marcante o levantamento que fizemos de diversos bens que representavam o nascimento de Belo Horizonte. Este levantamento deu início a uma série de tombamentos que mantiveram preservados vários bens da cidade até hoje. Mas algumas destas lutas também acabaram em derrotas. Uma, em especial, que me deixou muito traumatizado, foi a questão do Cine Metrôpole, que teve o tombamento anulado e nós perdemos aquele marco de BH.

O que fica como resultado de tantas lutas, vitórias e até de uma derrota como esta?

Grandes felicidades. Lembranças de uma época de trabalho muito intenso, muito produtivo. Um dos grandes orgulhos que tenho foi ter participado da estruturação do IEPHA. Tranquilidade por saber que ali se reuniu um pessoal muito bom de serviço e muito apaixonado pelo trabalho.

O IEPHA se destacava já naquela época pelo setor de restauração. Era uma área muito importante e muito cara, com projetos muito difíceis, e assim reuniu-se ali uma equipe muito competente e que fez escola. Pela reputação do IEPHA, acredito que até os dias de hoje essa deve ser uma excelente equipe.

Quais eram as grandes dificuldades no trabalho de preservação do patrimônio há algumas décadas?

A mesma dificuldade que continua, acredito. A dificuldade principal é sempre a do recurso, conseguir verba para o patrimônio. Sempre bati muito nessa tecla. Na época da reforma da Constituição, sugeri a destinação de uma verba constante no orçamento federal para a preservação do patrimônio. Isso me parece fundamental dentro de uma Constituição. Pátria e patrimônio têm a mesma raiz semântica e são coisas que não podem ser dissociadas.

Ao longo dos anos, o senhor acredita que houve alguma mudança de mentalidade da sociedade e dos pesquisadores com relação ao patrimônio?

Acho que de um tempo para cá tem havido uma queda de interesse e zelo pela área de patrimônio, principalmente com relação à área do barroco. Houve uma época de destaque, de efervescência, com muitos eventos científicos e publicações. Isso tudo ajudava o trabalho de preservação porque a mídia chamava atenção e a população ficava entusiasmada com a questão do patrimônio. Convergiam em Minas um forte interesse de conhecimento; havia interesse coletivo no plano da cultura. Eu penso que, para falar de Minas, de patrimônio, tem que falar do barroco, e tenho ouvido falar pouco do barroco ultimamente.

Como o senhor vê o trabalho de registro das manifestações culturais de Minas?

Aluísio Magalhães dizia que não se deve salvar só os bens materiais, mas também o que não pode ser tocado. E muito felizmente vejo que atualmente está havendo um grande interesse na preservação deste tipo de patrimônio, na preservação da cultura, da expressão das artes. Isso é muito positivo. A memória não está só no edificado, no ornamentado, mas também na mentalidade do povo, carregada de resíduos de sua história. O barroco, por exemplo, não é só uma coisa histórica, um estilo arquitetônico; é uma mentalidade que tem resíduos até hoje na nossa sociedade.

Como caracterizar essa mentalidade barroca?

Aqui em Minas houve uma nucleação pontual de certos centros onde o barroco mais se desenvolveu. Principalmente o barroco rococó do final do



Exemplares do jornal Acervo, que começou a circular em julho de 1980

século XVIII, que está em Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Sabará e Tiradentes, por exemplo. Mas, ao lado disso, ocorria um fenômeno muito curioso que eu chamo de circularidade cultural, um processo de imitação pelos pequenos centros. Temos que lembrar que a atividade mineradora migrava de uma região para outra em busca de novos veios. Chegando a um novo lugar, a primeira providência era sempre erguer uma igreja, e eles a erguiam de acordo com os modelos dos grandes núcleos. Copiavam formatos dentro de suas possibilidades e com recursos próprios, fazendo uma adaptação para seu gosto. A Capela do Ó de Sabará vai influenciar, por exemplo, na construção de várias outras capelas no Jequitinhonha e mesmo na região central de Minas. No percurso da mineração vai se formando um rastro de monumentos de um barroco estradeiro. Isso não faz parte só do barroco construído, mas faz parte também da mentalidade. As grandes festas que aconteciam em Ouro Preto, Mariana ou S. João Del Rei, por exemplo, eram imitadas nessas outras localidades.

O barroco na arquitetura se expressa por construções grandiosas e monumentalmente trabalhadas. Como identificar traços do barroco em manifestações culturais, no patrimônio imaterial?

As manifestações culturais que têm um sentido do barroco são igualmente marcadas pela grandiosidade, pela coisa do fausto, do brilho, pela questão lúdica que era forte nestas festas. Isso tudo está na mentalidade do povo, os "mentemas", os "culturemas"; os grandes signos da cultura barroca se espalhavam na medida do possível, assimilados pelas pequenas populações. Por exemplo, uma festa sensacional que em 1733 aconteceu em Ouro Preto, o Triunfo Eucarístico. Anos depois, já no final daquele século, é possível encontrar uma festa parecida lá em uma igreja em Caeté, repetindo formalmente a mesma estrutura da festa. Danças, manifestações de teatro, música. Repete-se toda essa parte imaterial. No final do século XVIII, em Sabará, você encontra uma festa bastante expressiva dentro desse mesmo padrão, com devidas proporções. E, até princípio do século XIX, ocorrem festas igualmente suntuosas em Diamantina. Mas é aí que tudo muda, com o desenvolvimento do país e uma forte mudança da mentalidade religiosa. Enquanto no século anterior a religião, como uma ideologia do povo, resultava em uma mentalidade "religiosista", ela torna-se então simples religiosidade, muito mais superficial, e acaba por retirar parte da grandiosidade barroca que era sempre impressa nas manifestações culturais minerais.



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

O detalhe está em um dos sinos da Igreja do Santíssimo Sacramento, em Jequitibá, cidade às margens do Rio das Velhas, na região central de Minas. São dois sinos de tamanhos diferentes dispostos na janela sinaleira da edificação. Esta janela, considerada rara, está localizada na fachada principal, no nível do coro, no eixo da porta. O sino maior possui impresso um selo, datado de 1861, onde está escrito “Premio Conferido na Exposição Nacional” e, ao lado, outro selo onde se lê “Dom Pedro II Imperador do Brasil”.

A igreja, supostamente erguida na metade do século XIX, é uma construção simples, cujos altares receberamentalhes em madeira e possuem imagens em tamanho natural de impressionante perfeição fisionômica.

A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Jequitibá é tombada pelo IEPHA desde março de 1979.



BLOCO DE NOTAS

| Senador Firmino faz primeiro tombamento

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Senador Firmino aprovou por unanimidade, em setembro, o tombamento da Imagem de Nossa Senhora da Conceição do Turvo (foto). Esse é o primeiro bem a ser tombado pelo município e foi inscrito no Livro do Tombo do Conselho do Patrimônio Cultural no dia 05 de setembro de 2008, sob o nº 01/2008. A imagem já havia sido inventariada pelo Conselho Municipal no ano passado.

A peça foi esculpida por Mestre Piranga, artista renomado no Vale do Rio Piranga, e possivelmente policromada por Joaquim José da Natividade. Ela ficava na sacristia da Igreja Matriz – Santuário de Nossa Senhora da Conceição, de onde só saía para ser coroada no mês de maio. Depois de restaurada, no ano passado, a imagem passou a ficar num oratório, na capela mor da igreja.

| Prêmio Aberje Nacional 2008

A Rede Minas conquistou o Prêmio Aberje 2008, na categoria Gestão de Mídias – Mídia Audiovisual, com a “Série Viva!”. O projeto, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e o IEPHA, reúne vídeos de cerca de um minuto, destacando aspectos do patrimônio material e imaterial e peculiaridades das manifestações culturais mineiras. A Rede Minas disputou a categoria com outros 22 concorrentes, entre eles Unimed-Vitória, Alcoa, Infraero e Volvo do Brasil.

“A Série Viva!” tem produção do Núcleo de Arte e Chamadas da Rede Minas e consultoria de Angela Dolabela e Jason Santa Rosa, pelo IEPHA.

| Pé do Morro

Em relação ao Bem Tombado – Fazenda Pé do Morro – publicado na edição anterior do Bem Informado, a arquiteta Jô Vasconcellos esclarece que é co-autora do projeto de restauração da sede e da capela, feito em parceria com Éolo Maia.



Divulgação

Nove dias de festa em Chapada do Norte



<< Entre as atrações da festa, o cortejo que sai pelas ruas

Todo mês de outubro a cidade de Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha, celebra uma das mais antigas festas religiosas de Minas Gerais. A celebração é tão antiga que nem mesmo seus moradores têm certeza de quando começou, mas sabem que a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos surgiu, segundo a tradição, a partir do aparecimento de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, nas proximidades do Arraial de Santa Cruz da Chapada (atual Chapada do Norte), no córrego que passou a se chamar do Rosário.

Segundo a lenda, por diversas vezes homens buscavam a imagem e a colocavam em uma capela. No entanto ela desaparecia, reaparecendo no córrego. Quando os negros do arraial foram buscar a imagem e a conduziram até a Capela do Rosário – com tambores, viola, pandeiro, e cantando e dançando ritmos africanos –, ela ali permaneceu. Por isso, no passado não era permitida a participação de homens brancos na festa.

Atualmente a celebração se miscigenou e a participação dos brancos na festa já é permitida. No entanto, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Cativos e Libertos de Chapada do Norte, organizadora dos festejos, exige que pelo menos um dos festeiros seja negro. “A festa resgata a identidade de todo o povo que se une e se sente um só, gente da mesma raça e da mesma cultura, gente que honra a tradição dos velhos e que a mantém até os dias de hoje”, relata Carmensita Soares Souza, rainha festeira deste ano.

São nove dias que precedem o Domingo da Festa, em que são rezadas as novenas, na Capela de Nossa Senhora do Rosário, e realizados os leilões, alternando entre a casa da rainha e do rei festeiro, exceto na última noite, quando são realizados na casa de ambos. As prendas são doadas pela própria comunidade para arrecadar fundos para a festa. Em geral são pratos de comidas típicas da região, como doces, carnes, salgados e biscoitos, mas às vezes

também são doados animais vivos como bodes e cabras. A novena tem início na primeira sexta-feira de outubro e termina no “Sábado do Mastro”.

No sétimo dia da festa, denominado de “Quinta-feira do Angu”, é feita a bênção e distribuição do angu, na casa da rainha. Neste dia também é feita a lavagem da igreja com água buscada no Córrego do Rosário. Tradição que, para uns, serve de penitência ou forma de pagamento de alguma graça alcançada e, para outros, é celebração e homenagem aos ancestrais que desafiaram a Igreja para venerar a santa segundo os ritos do povo negro.

No sábado, pela manhã, é feita a “Buscada da Santa”, em que os fiéis, ao som de tambores e do Congado, buscam a imagem de Nossa Senhora do Rosário no rio. Às doze horas acontece o “Meio Dia da Festa”, com banda de música, repique de sino e café na casa do rei. À noite é rezada a última novena e, em seguida, é encenado o tradicional “Mastro a Cavalo” – representação da batalha entre mouros e cristãos que finaliza com a conversão dos mouros ao cristianismo – ao som da Banda de Música e de cânticos em latim. Em seguida, o mastro com a bandeira da Virgem do Rosário é erguido ao som dos tamborzeiros, tocadores de instrumento típico da festa. Depois acontece a queima dos fogos e, num ato de confraternização, mouros e cristãos promovem uma corrida a cavalo ao redor da Capela do Rosário.

Domingo, a cidade é acordada ao som da Banda de Música. É formado o cortejo, que acompanha o rei e a rainha, para a celebração da “Missa da Festa”. À tarde, na casa do rei, é feita a distribuição de doces e balas. E à noite é realizada a procissão e coroação da corte. No último dia da festa, o cortejo novamente sai às ruas. A marcha começa na casa do rei, passa na da rainha, segue para a casa dos reis novos e chega à Capela do Rosário, onde é celebrada a “Missa de Posse”. Na volta do cortejo, há paradas com distribuição de biscoitos e bebidas.

Educação Patrimonial: Memória e Cidadania

Adriana Quirino de Oliveira*

A educação patrimonial tem sido utilizada pelo IEPHA/MG há alguns anos como um recurso nas práticas cotidianas de preservação institucional. O que se pretende com os Programas de Educação Patrimonial é fazer com que sua metodologia seja algo a se consolidar com aceitação por todos aqueles que a praticam ou se valem dela como instrumento de ação educacional. Espera-se, como resultado, o despertar de uma comunidade para a sua cultura, memória e identidade por meio da sensibilização para a preservação de uma herança coletiva.

Embora a educação patrimonial esteja localizada na Gerência de Difusão (GDF), e nela se desenvolva a metodologia e organização das atividades afins, a atuação com todas as gerências da instituição é fundamental para a eficiência de se alcançar o objetivo comum.

O Programa de Educação Patrimonial “Memória e Cidadania” tem como principal objetivo sensibilizar a comunidade em relação à preservação do seu patrimônio, por meio das oficinas que fazem parte da metodologia do programa. O objetivo é estimular a reflexão daquela comunidade sobre o que ela deseja preservar, sendo que os próprios moradores é que devem participar ativamente da manutenção de sua identidade. O programa também pretende implementar, apoiar e assegurar a continuidade de ações de caráter educativo em escolas e comunidades como um todo, para que possam ser transmitidos e refletidos, criticamente, conteúdos sobre educação, cidadania, memória e patrimônio material e imaterial.

Experiências

O primeiro piloto do programa foi executado na cidade de Paracatu, no período de abril a outubro de 2007. Foram envolvidos multiplicadores: comunidades quilombolas, associações de bairros, Conselho Municipal do Patrimônio, Secretaria Municipal de Educação, secretarias municipais de cultura, entidades públicas e privadas diversas e escolas estaduais e municipais, com o foco central de desenvolver projetos elaborados em conjunto entre os vários segmentos da sociedade local. Foram formados cinco grupos de trabalho, que desenvolveram os seguintes projetos: “Pesquisando a Comunidade Quilombola Família dos Amaros – Caretada



Participantes desenvolvem atividade “Folha Didática” na Oficina de Educação Patrimonial em Paracatu

na Escola”; “Descubra Paracatu: paracatuense”; “Consciência Patrimonial”; “O Resgate da memória do Núcleo Histórico”; “Literatura Paracatuense”.

A efetiva participação da comunidade e o pleno envolvimento de grupos heterogêneos, das diversas comunidades locais nas ações de difusão do patrimônio local e de reconhecimento da necessidade de preservação de sua cultura é um dos objetivos já alcançados com a implantação do programa. Em outubro de 2007, no aniversário da cidade, foram expostos os resultados obtidos com o Programa de Educação Patrimonial. Também foi realizada uma avaliação coletiva após o fechamento do programa, com o objetivo de prever a continuidade dos trabalhos, uma vez que a educação patrimonial deve ser adotada como uma metodologia permanente.

O segundo piloto foi executado em Pitangui no período de julho de 2007 a Junho de 2008. Inicialmente foram formados quatro grupos de trabalho, com os seguintes temas: “Centenário da Escola Estadual Francisca Botelho”, “Resgate da Memória da antiga Companhia de Tecidos do Centro-Oeste Mineiro” e “Chá Cultural”. Em junho de 2008 foi realizada a exposição dos produtos oriundos do programa de Educação Patrimonial, com grande participação da comunidade.

Diante dessas experiências podemos assegurar que a educação patrimonial tem também como função recriar o elo do indivíduo com seu passado, de maneira que possa fazê-lo refletir sobre o significado da “memória coletiva” para a construção do seu presente.

Para a difusão do patrimônio cultural também são realizados cursos de capacitação, palestras e seminários, tendo como público-alvo agentes culturais locais, conselheiros, representantes de secretarias municipais de Cultura e Educação, com o objetivo primordial de estimular a reflexão, junto com os municípios, sobre as questões patrimoniais.

* Gerente de Difusão do IEPHA/MG



Encerramento do Programa de Educação Patrimonial Memória e Cidadania, em Pitangui (Equipe da GDF e o diretor de Promoção do IEPHA/MG, prefeito municipal e primeira-dama, participantes do programa)



Igreja de Santa Isabel da Hungria



Arquivo IEPH/MG

Situada no alto de um morro, na parte mais elevada de Caxambu, no Sul do Estado, a Igreja de Santa Isabel da Hungria se destaca tanto pela bela paisagem urbana que se avista de seu adro quanto pelos detalhes históricos de sua edificação.

A pedra fundamental de sua construção foi lançada em 1868, pela princesa Isabel, como promessa à santa, caso as águas minerais milagrosas da cidade pusessem fim à sua infertilidade, atestada dois anos antes. A histórica promessa feita em suas orações públicas foi lavrada em ata oficial de uma cerimônia realizada no alto do Morro de Caxambu. Foi formada uma Comissão Construtora e feita a subscrição de uma quantia razoável para a execução. A princesa permaneceu na estância cerca de um mês e retornou ao Rio se sentindo “curada”. Nos anos que se seguiram, a princesa e seu esposo, Gastão de Orleans, o conde d'Eu, festejaram o nascimento do primogênito dom Pedro de Alcântara e de outros dois varões, dom Antônio e dom Luiz.

Entretanto, mesmo tão ilustremente encomendada, a obra iniciada da igreja pouco evoluiu nos anos seguintes. Sem nunca se esquecer de sua promessa, ao partir para o exílio, em 1889, a princesa pediu ao conselheiro Joaquim Delfino especial atenção para a conclusão das obras. A carta (veja trecho em destaque) foi escrita pelo conde d'Eu dois dias após a Proclamação da República, quando a família imperial já se encontrava a bordo de um navio que os levaria de volta à Europa.

Em novembro de 1897, a igreja – finalizada totalmente às custas do conselheiro Francisco de Paula Mayrink – foi inaugurada. Belas linhas arquitetônicas dão ao conjunto a feição do estilo neogótico, e uma das capelas internas mantém ainda hoje altar com pertences da época.

Pautado principalmente pelo valor histórico do bem, o tombamento da Igreja de Santa Isabel da Hungria pelo IEPHA foi realizado em 1978.

“Tendo de retirar-me, bem a pesar meu, deste país, não quero deixar de mais uma vez recomendar à sua proteção, em nome da Princesa e no meu, a conclusão das obras da Capela de Santa Isabel da Hungria, no arraial de Cachambu. (...) Seria para nós grande satisfação saber que não fica ela abandonada, mas que marcha para sua conclusão”.

(Trecho da carta de 1889)



Vista da igreja construída a pedido da princesa Isabel

* Referências: Relatório de avaliação para tombamento da Igreja de Santa Isabel da Hungria, em Caxambu, feito pelo IEPHA/MG



Nossa Senhora do Ó ou Nossa Senhora do Bom Parto



Reprodução

A invocação de Maria como proteção à gestação e ao parto tem sido, há séculos, hábito das famílias cristãs. O culto teria surgido na Espanha, na cidade de Toledo, originando a devoção à Virgem de Expectação do Parto, também identificada como Nossa Senhora do Parto ou Nossa Senhora do Ó.

Na véspera da festa dedicada à Expectação do Parto da Beatíssima Virgem Maria eram realizadas orações chamadas antífonas maiores, sempre iniciadas pela exclamação (ou suspiro) "Oh!". Surge desta peculiaridade o culto a Nossa Senhora do Ó. Já difundido em Portugal, chega ao Brasil no rastro de Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, onde é fundada a vila de Olinda. Na igreja dedicada a São João Batista, administrada por militares, passa a ser venerada uma imagem de Nossa Senhora do Ó, ou Nossa Senhora da Expectação.

Em sua expansão pela colônia, a devoção teria chegado a Minas Gerais com os bandeirantes paulistas. Na Vila de Sabará, fundada por eles, foi construída a Capela de Nossa Senhora do Ó, considerada bela e formosa por sua singularidade.

A Virgem, na iconografia, em fase final da gravidez, tem a mão esquerda sobre o ventre. A mão direita ora surge em simetria à esquerda, ora levantada. Também há algumas imagens em que segura um livro aberto ou há a reprodução de uma fonte, os dois símbolos aludindo à maternidade, fonte da vida. É também comum estar vestida em hábito monástico, com um avental ou escapulário, que esconde a barriga grávida.

Com o dogma da Imaculada Conceição, fruto da teologia do século XIX, surgem imagens de Nossa Senhora do Bom Parto, sempre ligadas à proteção das gestantes. No entanto, a figuração da Virgem em gravidez adiantada não convém ao dogma.

Na iconografia do Bom Parto, Maria veste-se de freira, com o Menino, já nascido, deitado em suas duas mãos, criando uma atitude de oferta feita pela mãe ao mundo.

* FONTE: Professor Renato César J. de Souza - arquiteto e diretor de Conservação e Restauração do IEPHA/MG



Imagem de Nossa Senhora do Ó (LEMONS, Carlos A. C. A imaginária paulista. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1999.)